



“Histórias do Trabalho no Sul Global”

“Historias del Trabajo en el Sur Global”

“Labour Histories from the Global South”

I Seminário Internacional de História do Trabalho

V Jornada Nacional de História do Trabalho

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

25-28 de Outubro de 2010

**Trabalhadores e populismo vistos sob outra
perspectiva:**
*a corrente historiográfica da Unicamp e a tese da luta por
direitos*

Felipe Demier¹

Classe trabalhadora e Estado pós-1930: a “clássica” tese do populismo

Desde meados da década de 1960, particularmente após o golpe de Estado de 1964, parcela expressiva de pesquisadores das áreas de sociologia e ciência política dedicou-se à compreensão do papel desempenhado pela classe trabalhadora em diversos âmbitos da vida nacional, com destaque para as conexões existentes entre o desenvolvimento urbano-industrial do país e as estruturas político-representativas dos trabalhadores a partir de 1930. Destarte, tiveram lugar seminais trabalhos sobre o que hoje se costuma denominar “mundo do trabalho”. Ligados à Universidade de São Paulo (USP) e herdeiros do antigo (e hoje ainda existente) Centro de Sociologia da Indústria e

¹ Doutorando em História/UFF

do Trabalho (CESIT), intelectuais como Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, José Albertino Rodrigues, Maria Sílvia Carvalho Franco, Luiz Pereira, Paul Singer, Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Boris Fausto, José de Souza Martins, Gabriel Cohen e Francisco Weffort, muitos deles orientados (formal ou informalmente) por Florestan Fernandes, realizaram consagrados trabalhos acerca de temáticas como industrialização, urbanização, empresariado, movimento operário, sindicalismo, conflito social, Estado e desenvolvimento econômico.²

Muitos dos cientistas sociais dessa geração, com destaque para o cientista político Francisco Weffort e o sociólogo Octavio Ianni, se puseram a interpretar o processo de incorporação das massas populares ao processo político brasileiro no pós-1930, tomando por centro as políticas estatais de cunho social e, em especial, a formatação da estrutura sindical brasileira de matriz corporativista. “Manobrados” por intermédio das primeiras e controlados severamente pela segunda, os trabalhadores brasileiros foram vistos como um dos fundamentais elementos constitutivos de um período histórico (1930-1964) qualificado de “populista”. Nessa linha interpretativa, o movimento operário, privado de autonomia sindical e politicamente “desviado” por suas direções, teria se tornado, desde a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, um importante apoio social para um Estado que buscava acomodar os interesses das frações da classe dominante em um momento de “crise de hegemonia” aberto com a crise do sistema oligárquico agro-exportador.³

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, tal viés analítico acabaria por orientar inúmeros trabalhos acadêmicos sobre a classe trabalhadora brasileira e suas organizações sindicais e políticas.⁴ Nesse mesmo período, vale ressaltar, as temáticas vinculadas ao movimento operário da etapa 1930-1964 receberam também abordagens distintas das referendadas no conceito de “populismo”; possivelmente o caso mais exemplar seja o

² Um bom e sintético trabalho acerca dessa “corrente” intelectual é SILVA, Luiz Fernando da. *Pensamento social brasileiro. Marxismo acadêmico entre 1960 e 1980*. São Paulo: Corações & Mentes, 2003.

³ Entre várias outras obras de Ianni e Weffort, ver especialmente a coletânea WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 e IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

⁴ Um balanço crítico do conceito de “populismo” e de sua influência nas ciências sociais brasileiras pode ser encontrado em GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito” in FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 17-57. A historiadora Virgínia Fontes afirma que a matriz explicativa oferecida por Weffort para a “Revolução de 1930” – marco inicial do “populismo” –, calcada na idéia de “crise de hegemonia”, tornou-se preponderante nas ciências sociais do país, “figurando inclusive em livros didáticos”. FONTES, Virgínia. “Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil” in _____. *Reflexões im-pertinentes. História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005., p. 202.

“clássico” trabalho do cientista político Luiz Werneck Vianna sobre a estrutura sindical brasileira publicado em 1976.⁵

A ascensão sindical e política da classe trabalhadora brasileira dos últimos anos da década de 1970 também ofereceria sua contribuição para reforçar a “clássica” tese do “populismo”. Objeto de estudo de diversos cientistas sociais que corroboravam ou não a perspectiva *weffortiana* sobre o “sindicalismo populista” (como José Álvaro Moisés,⁶ Maria Hermínia Tavares de Almeida,⁷ Eder Sader,⁸ Leôncio Martins Rodrigues,⁹ Armando Boito Jr.¹⁰ e Ricardo Antunes¹¹), o chamado “novo sindicalismo”, pela próprias questões práticas que colocou (luta contra a legislação sindical corporativista, defesa da organização sindical pela base etc.) funcionou como uma espécie de acicate para estudos historiográficos sobre a classe trabalhadora no período pré-1930, visto como um momento no qual os trabalhadores ainda gozariam de uma autonomia organizativa, em contraste com a posterior tutela estatal sobre o movimento sindical (elemento central nas elaborações sobre o “populismo”).¹²

A tese “populista” em xeque: os dois *campos* da revisão historiográfica em curso

Se a precedência dos estudos sobre o “mundo do trabalho”, como pôde ser visto, coube em grande parte aos sociólogos e cientistas políticos, a partir da década de 1980

⁵ VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

⁶ MOISÉS, José Álvaro. “As estratégias do novo sindicalismo” in *Revista de cultura política*, nº. 5 e 6. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

⁷ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança” in *Sociedade e política no Brasil pós-1964*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁸ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

⁹ RODRIGUES, Leôncio Martins. “As tendências políticas na formação das centrais sindicais” in BOITO Jr. Armando (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 e _____. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

¹⁰ BOITO Jr., Armando. “Reforma e persistência na estrutura sindical brasileira” in _____. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Op. cit.

¹¹ ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do Trabalho. O confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978-1980*. 2ª edição. Campinas; EdUNICAMP, 1992, e _____. *O novo sindicalismo no Brasil* (2ª edição). Campinas: Pontes, 1995.

¹² Um dos primeiros trabalhos produzidos sob a “inspiração” do “novo sindicalismo” acerca dos primeiros passos da classe trabalhadora foi HARDMAN, Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do Trabalho no Brasil. Das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982. Contudo, ainda nos anos 70, havia sido publicado o primeiro trabalho historiográfico acerca da participação dos trabalhadores ao longo da Primeira República: FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1976.

muitos historiadores finalmente lançaram-se nas investigações sobre a história da classe trabalhadora brasileira e suas lutas sindicais e políticas. Em um primeiro momento, as pesquisas concentraram-se temporalmente nos anos da Primeira República, tomados, conforme dito no parágrafo anterior, como uma fase “autônoma” do movimento operário. Com o avançar da década, o período republicano pós-1930, com destaque para o balizamento 1945-1964, passou a receber também atenção especial dos estudiosos. Iniciava-se, assim, aquilo que podemos denominar como um movimento de revisão historiográfica do período “populista” da história republicana brasileira. Tal movimento, entretanto, não é dotado de homogeneidade analítica, teórica e política, e nele podem ser entrevistados pelo menos dois grandes *campos*, dois diferentes *caminhos interpretativos* – que por vezes se cruzam, é verdade – acerca das relações entre Estado e classe trabalhadora durante o travejamento temporal 1930-1964.

A trajetória de um destes *campos* remonta a 1988, quando a historiadora Angela de Castro Gomes publicou sua tese de doutoramento sob o título de *A invenção do trabalhismo*,¹³ provocando substantivas alterações no curso dos debates referente ao período em questão. Teve lugar, então, uma seqüência, *ainda em andamento*, de críticas à forma como a relação entre poder estatal e trabalhadores no pós-1930 vinha sendo compreendida nos meios acadêmicos dedicados ao tema, ainda fortemente influenciados pelas abordagens de Weffort e Ianni. Criticando o papel “passivo”, de “objeto”, conferido aos trabalhadores do período 1930-1964 pelas análises então vigentes, Gomes propôs a categoria de *trabalhismo*, inicialmente como uma rejeição implícita ao conceito de “populismo”. Segundo a autora, o termo “populismo” era dotado de tom pejorativo e associado a uma relação de manipulação entre um Estado/sujeito e trabalhadores/objetos. Buscava-se, como a própria autora depois salientou, entender os mecanismos de interlocução entre Estado e trabalhadores, procurando atribuir a estes últimos “um papel de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades”.¹⁴

De certa forma, Angela Gomes fez escola, e seguiram-se várias pesquisas imbuídas da missão de propor explicitamente uma substituição direta do conceito de “populismo” pelo de “trabalhismo”. Formava-se, assim, um dos *campos* – e talvez o mais *cool* entre as novas gerações de historiadores e jornalistas políticos – do referido

¹³ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

¹⁴ GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. *Op. cit.*, p. 46.

movimento de revisão historiográfica. Em trabalhos polêmicos datados de 2001, os historiadores Jorge Ferreira¹⁵ e Daniel Aarão Reis Filho¹⁶ realizaram análises críticas concernentes à categoria de “populismo”, colimando demonstrar sua total ineficácia como instrumental explicativo das relações entre Estado e trabalhadores no período situado entre as ditaduras do Estado Novo e Militar. Com o fito de combater a idéia da “manipulação das massas” propugnada por Weffort e Ianni, os membros deste *campo* que denominamos *revisionista*, munidos da categoria weberiana de “escolha racional”, esgrimiram o argumento de que “no caso brasileiro, como em outros, tratou-se de uma *relação*, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses em comum”.¹⁷ Assim, se as massas populares apoiaram, por várias vezes, as lideranças políticas do Estado varguista, foi única e exclusivamente porque *elas assim o quiseram*, ou, continuando o silogismo antidialético, foi porque os políticos trabalhistas e afins eram, de fato, representantes das vontades populares mais intensamente sentidas. O velho e artiloso trabalhismo de Vargas, Marcondes Filho e cia. aparecia agora na produção historiográfica como uma “legítima” expressão da “consciência de classe” dos trabalhadores brasileiros.¹⁸

Sob um registro teórico que diz conceber os trabalhadores brasileiros como sujeitos de sua própria história, escamoteia-se nestes trabalhos *revisionistas* uma perspectiva analítica profundamente conservadora, a qual tem como precípua objetivo historiográfico-político (ou talvez político-historiográfico) promover uma positivação das formas “populistas” de dominação de classe. Como afirmou Marcelo Badaró Mattos, a crítica ao conceito de “populismo” proposta por este *campo* acabou por “enredar-se na mesma polarização política da época, embora no pólo oposto, ao defender abertamente os

¹⁵ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira” in ____ (org). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 59-124.

¹⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita” in FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. *Op. cit.*, p. 319-377.

¹⁷ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa”. *Op. cit.*, p. 103. Grifo do autor. Quanto à adoção por parte dos autores *revisionistas* da perspectiva teórica da “escolha racional” enquanto instrumental analítico em seus trabalhos, vale mencionar a influência exercida nestes últimos da obra de Argelina Figueiredo, *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964* (São Paulo: Paz e Terra, 1993), que difundiu no Brasil o chamado “marxismo analítico” de autores como Jon Elster e Adam Przeworski (o qual já havia sido utilizado por Angela Gomes em seu *Invenção do trabalhismo*). Assim como nos trabalhos dos *revisionistas* do populismo, há no livro de Argelina Figueiredo um forte teor antimarxista, que a leva a responsabilizar a esquerda brasileira pelo fim do regime “democrático” (1945-1964). Uma interessante crítica à perspectiva interpretativa de Figueiredo acerca do Golpe de 1964 (assim como a outros autores que a seguiram, como os próprios Daniel Aarão Reis Filho e Jorge Ferreira) pode ser encontrada em MELO, Demian. “A miséria da historiografia” in *Outubro*, nº. 14. São Paulo: Alameda, 2006, p. 111-130.

¹⁸ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa”. *Op. cit.*, p. 103

argumentos usados pelos ‘acusados’ de populistas, ou seja, de que na verdade eram legítimas lideranças populares e progressistas, acusados por uma elite conservadora que não se conformava com a entrada na cena política dos trabalhadores.”¹⁹

O outro *campo* da revisão historiográfica do “populismo” é constituído por sugestivas pesquisas produzidas na década de 1990 voltadas para o estudo das lutas operárias no pós-1930, em especial no pós-1945. De forte teor empírico, tais pesquisas lançaram luz sobre diversas experiências concretas dos trabalhadores sob o populismo, expondo a capacidade mobilizatória e organizativa destes, assim como sua utilização própria da legislação trabalhista em seus embates com o Capital. Questionando historiograficamente a idéia de uma adscrição total dos setores explorados ao Estado e aos políticos “demagógicos”, esses estudos opuseram-se às teses de Weffort e Ianni acerca de uma classe trabalhadora que, adormentada pela “política de massas” e repressão estatais, teria se portado ideologicamente como “massa”, e não como “classe”, ao longo da etapa “populista” da história nacional.²⁰

Como parte integrante e expressiva deste *campo*, localizamos a existência de uma importante *corrente* constituída por destacados intelectuais que, individual e coletivamente, realizaram pesquisas acadêmicas vinculadas a determinados programas de pós-graduação da Universidade de Campinas (Unicamp – SP). Será sobre essa *corrente* que centraremos nossa atenção nas páginas seguintes deste artigo.

¹⁹ MATTOS, Marcelo Badaró (coord.) [et. al.] *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003, p. 28-29.

²⁰ À guisa de exemplo, citamos alguns trabalhos imbuídos, em maior ou menor grau, dessa perspectiva: COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scritta, 1995; SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa. Operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade. 1937-1968*. São Paulo, Hucitec/Pref. Municipal de Santos, 1995; FORTES, Alexandre (e outros) *Na luta por direitos*. Campinas, EdUnicamp, 1999; SILVA, Maria Carolina G. *A greve dos tecelões cariocas: partidos e sindicatos no Segundo Governo Vargas*. Niterói, UFF, 1995 (dissertação de mestrado). OLIVEIRA, Ana Lúcia V. de Santa Cruz. *Sindicato e sindicalismo bancário*. Rio de Janeiro, EDUR/SEEB-RJ, 1998. MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Niterói: Vício de leitura, 1998; ABREU, Paulo Tenório de. *As greves no Rio de Janeiro (1955-1964)*. Niterói, UFF, 2001. (dissertação de mestrado). ALMEIDA, Antonio de. *Lutas, organização coletiva e cotidiano. Cultura e política no ABC paulista. 1930-1980*. São Paulo, USP, 1996. (tese de doutorado); VARUSSA, Rinaldo José. *Trabalho e legislação: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho*. São Paulo, PUC-SP, 2002; FRENCH, John D. *O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo, Hucitec/Pref. Mun. De São Caetano do Sul, 1995 e _____. *Afogados em leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. Vale destacar que parte significativa dessa leva de trabalhos é caracterizada também pelo o demasiado recurso a interdisciplinaridade – elemento, aliás, marcante dos estudos sobre o “mundo do trabalho” no Brasil desde seus primórdios – e o olhar enfático sobre várias dimensões da vida social da classe trabalhadora, tais como cultura, moradia, cotidiano etc., até então relegadas a segundo plano pela prática historiográfica.

“Populismo” e “luta por direitos”: a *corrente* historiográfica da Unicamp

Composta em grande parte por historiadores e cientistas sociais afeitos às contribuições da chamada *história social inglesa* e ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT), tal *corrente* rejeitou a afirmação da existência de uma “heteronomia” da classe trabalhadora durante os anos 1930-1964 e, adotando uma concepção mais elástica do conceito de “consciência de classe”, de inspiração *thompsoniana*, tomou muitas das atitudes dos trabalhadores ocorridas nesse período como legítimas atitudes *classistas*.²¹

Debruçando-se sobre vasta documentação escrita e oral concernente à vida sindical de diversas categorias profissionais a partir de meados da década de 1940, esses pesquisadores depararam-se com uma série de manifestações da classe trabalhadora que extrapolou os limites impostos às mesmas pela legislação corporativista que regia o funcionamento dos sindicatos. O cuidadoso trabalho feito com publicações operárias, atas sindicais e depoimentos orais de ex-ativistas, entre outras fontes, acabou por dar luz à presença, sob a vigência do populismo, de atuantes “comissões de fábricas” e outras formas organizativas por local de trabalho, assim como a vários movimentos paredistas que utilizaram, a seu modo e dentro das possibilidades reais, as controladas entidades sindicais. Graças a tais pesquisas, tomou-se conhecimento das astuciosas formas inventadas pelas bases sindicais para “driblar” os interventores estatais, como também dos muitos casos em que estas foram, na prática, além das intenções dos seus dirigentes e líderes de perfil “colaboracionista”. A coerente conclusão de tal *corrente* historiográfica é de que se, por um lado, é verdade que a tutela do Estado populista sobre as organizações associativas de classe impôs significativos limites às mobilizações autônomas dos trabalhadores, por outro, pode-se assegurar que aquela não se erigiu em um insuperável óbice para estas.

²¹ Como componentes dessa *corrente*, destacamos os jovens historiadores Alexandre Fortes, Antonio Luigi Negro, Fernando Teixeira da Silva, Hélio da Costa e Paulo Fontes, todos estes orientados em seus doutorados realizados na Unicamp, formal ou informalmente, pelos historiadores Marco Aurélio Garcia e Michael Hall, *brasilianista* norte-americano. Duas outras importantes influências para o jovem grupo de historiadores *campineiros* são a socióloga Maria Célia Paoli (USP) e o historiador, também *brasilianista* norte-americano, John French (Duke University).

Uma síntese dessa leitura alternativa sobre papel desempenhado pela classe trabalhadora sob o populismo encontra-se exposta, entre outros lugares, na conclusão de uma das interessantes pesquisas de Hélio da Costa, expoente da *corrente* em questão:

Tivemos acesso a várias fábricas e oficinas, onde eles [os trabalhadores] faziam circular abaixo-assinados, elegiam comissões de representantes, organizavam greves, enfrentavam a repressão.

Entramos no recinto dos sindicatos e nos deparamos com suas dependências lotadas em concorridas assembleias às vésperas de muitas greves. Em outros momentos fomos tomados por um clima tenso nos sindicatos, marcado pela repressão, com interventores e policiais voltando à cena. Os frequentes conflitos entre comunistas e ministerialistas pelas direções dos sindicatos também fizeram parte do seu cotidiano nessa década [1943-1953] [...].

Ao se apoderarem dos sindicatos, os ativistas utilizavam suas brechas legais contra as arbitrariedades patronais [...] Mesmo nos momentos mais difíceis enfrentados pelo movimento sindical, como foi o caso do período 1947/1950, os seus ativistas conseguiram, mesmo sendo vitimados pela repressão, encontrar subterfúgios para manterem sua militância [...].

Em suma, mesmo nos piores momentos, os trabalhadores tinham noção das regras do jogo e buscavam alterá-las, embora conhecendo seus limites. É importante atentarmos para este aspecto para entendermos a rejeição de boa parte dos ativistas sindicais a abandonarem os sindicatos oficiais como espaço de militância [...]

As lutas travadas nesse período foram lutas profundamente enraizadas nos locais de trabalho e adquiriram, sempre que a conjuntura política permitiu, um caráter de massa expressivo. Nesse sentido, a fábrica, as ruas e os sindicatos não foram espaços excludentes da luta operária.²²

Como se pode notar, tal perspectiva interpretativa sobre a dinâmica sindical do período vai de encontro ao modelo de “sindicalismo populista”, no qual o movimento sindical aparece como dotado de uma natureza eminentemente “burocrática”, “cupulista” e “colaboracionista”, pois distante das demandas econômicas de suas bases, composto por estruturas verticalizadas (como as chamadas “organizações paralelas”) e adepto de seu próprio atrelamento ao Estado.²³

²² COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scritta, 1995, p. 199-203.

²³ Em um trecho que se tornaria bastante conhecido, Weffort assim resumiu as principais características do sindicalismo populista: “No plano da orientação, se subordina à ideologia nacionalista e apóia uma política de reformas e colaboração e classes. No plano da organização, se caracteriza por uma estrutura dualista na qual as “organizações paralelas” passam a servir de complemento à estrutura sindical oficial de corte corporativista e apêndice do Estado. E, finalmente, no nível político, se subordina às vicissitudes da aliança formada à esquerda por Goulart e outros populistas fiéis à tradição de Vargas.” (WEFFORT, F. C. “Os sindicatos na política” (Brasil: 1954-1964) in *Ensaio de Opinião*, 1978, p. 18.).

No mesmo exercício crítico de verificação histórica, outro elemento constitutivo da teoria “populista” relativizado por autores como Hélio da Costa é a assertiva de que a bem-sucedida “manobra” das massas populares pelo Estado – isto é, o “desvio” daquelas de seus reais interesses por parte deste – teve no papel desempenhado pelas direções políticas da classe operária, com destaque para o PCB, um de seus principais pontos-de-apoio. Como foi visto, na ótica de autores como Ianni e Weffort, a política comunista, pouco crítica à estrutura sindical corporativista, enredada no projeto “nacionalista” de aliança de classes e marcada por práticas burocráticas, teria funcionado como uma importante engrenagem na prestidigitadora máquina populista.²⁴ Por outro ângulo

²⁴ Criticando a tese de que a subordinação das massas a Vargas e aos seus discípulos devia-se à formação recente da classe trabalhadora brasileira, Weffort foi enfático: “Parece-me que a análise da conjuntura do pós-guerra deixará suficientemente claro que a explicação da ‘tragédia’ do movimento operário brasileiro” deve ser procurada menos no “atraso” da classe operária que numa orientação persistente por parte de seus pretensos dirigentes em apoiar-se neste “atraso” para suas próprias manobras políticas” (WEFFORT, Francisco. “Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do Após-Guerra)” in *Estudos Cebrap*, nº. 4. São Paulo, abril-maio-junho de 1973, p. 71.). Na conjuntura do pós-Segunda Guerra, ao propagar a bandeira “ordem e tranquilidade” e defender que os operários deveriam “apertar os cintos”, o PCB, atuando como um “partido da ordem”, teria sido, segundo o cientista político, um dos principais responsáveis pelo sucesso da política varguista face aos sindicatos: “Criada pela ditadura Vargas no espírito do corporativismo fascista italiano e mantida durante o período ditatorial mais como uma dispositivo legal que como instituição real, a estrutura sindical oficial teve que esperar até os anos iniciais da democracia para consolidar-se no aparato institucional do Estado. Mais ainda: a estrutura sindical oficial criada no espírito do corporativismo fascista italiano para o controle do Estado sobre a classe operária teve que esperar pelo empenho da esquerda, em especial do Partido Comunista Brasileiro, para conquistar alguma eficácia real como instrumento de mobilização e de controle da classe operária. (*idem*, p. 71).

Igualmente, Octavio Ianni destacou sempre em seus trabalhos sobre o populismo a importância do papel político das esquerdas, em especial dos PC’s, para o êxito da “política de massas” utilizadas pelos Estados como forma de cooptação das massas e para a não formação de uma consciência verdadeiramente classista por parte dos trabalhadores: “Na vigência da política de massas, a classe operária geralmente foi levada a lutar muito mais contra os inimigos do seu inimigo. Nessas épocas, a luta contra a oligarquia fundiária e o imperialismo foi colocada em primeiro plano. O que era a luta principal, para a burguesia interessada no mercado interno, o proletariado foi levado a tomar como a luta principal também para si. É inegável que as organizações e lideranças políticas de esquerda atuaram de modo decisivo nesse processo de inversão de meio e fins, ou de táticas e estratégias. Em consequência, quando a burguesia se volta contra ele, o proletariado não está preparado para reagir de modo congruente com a sua situação de classe. Surpreende-se com a aliança entre o seu aliado de ontem e os inimigos do seu inimigo. É que o proletariado não se dera conta da paulatina transformação de uma aliança tática em um compromisso estratégico. Reificava-se a aliança tática preconizada pelas esquerdas reformistas. (IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975, p. 119). Analisando o caso brasileiro, Ianni considerou que “a luta no seio da democracia populista era encarada pela esquerda como um momento tático para a consecução dos alvos socialistas. Acreditava-se que as massas trabalhistas e populistas precisavam ser conquistadas por dentro, a partir dos objetivos e técnicas da própria política de massas. Por isso, a ‘frente única’ e os outros compromissos, com militares, setores da classe média etc. eram alianças táticas indispensáveis. Eram uma decorrência do realismo político. Assim, sacrificava-se momentaneamente a teoria marxista-leninista da revolução, como o objetivo de juntar teoria e prática, condições e possibilidades, alvos e táticas. É claro que nesse jogo confunde-se e invertem-se meios e fins. Na prática, em decorrência do vigor, da preponderância e do realismo da política de massas, a esquerda não consegue executar uma política de classes nova e eficaz. Os valores e as técnicas políticas do

analítico, a historiografia *operária* da Unicamp buscou ressaltar a forte penetração do PCB entre as mais diversas categorias de trabalhadores e valorizar o papel exercido por sua militância no período 1930-1964. Em investigações empíricas, foram visualizados não desprezíveis desencontros entre as deliberações políticas oficiais da direção do PCB, mais moderadas, e a atuação concreta, por vezes mais combativa e radicalizada, dos comunistas junto ao cotidiano da classe trabalhadora.

No encontro com os trabalhadores nos seus locais de trabalho deparamo-nos com a presença marcante do Partido Comunista Brasileiro no cotidiano fabril e nas mobilizações de massa desse período. O PCB era a grande novidade política. Era o partido da “ordem e tranquilidade”, da “Constituinte com Getúlio”, mas era simultaneamente o partido das ruas, das praças, das festas populares, dos bairros operários, das fábricas e, enquanto organização partidária, foi praticamente o único a exercer forte sedução sobre a classe trabalhadora e a juventude.²⁵

Seguidas vezes encontramos com o Partido Comunista Brasileiro nas nossas andanças pelas décadas de 1940 e 1950, marcando sua presença nos locais de trabalho, nos sindicatos e nas ruas. O PCB foi, sem sombra de dúvida, a corrente política de maior influência no movimento operário. Sua conduta, porém, foi marcada pela ambiguidade. Tentou sem sucesso ser o partido da ordem e, ao mesmo tempo, como partido que se propunha a representar os trabalhadores, não podia isolar-se das suas lutas. O resultado foi o constante desencontro entre a direção e a base do partido.²⁶

Em função dessa “ambiguidade”, Hélio da Costa chegou até mesmo a propor a existência de “dois PCs” no período em questão:

Afinal, o que foi o Partido Comunista Brasileiro nesse período? Uma confrontação da prática desse partido com o movimento operário mostrará que ele dela se separa e se funde ao mesmo tempo. Em outras palavras, o PCB não era um bloco monolítico em que sua prática e o seu discurso se articulavam de forma coerente e harmoniosa todo o tempo. Havia dois PCs na realidade. Um PC mais ligado à cúpula do discurso oficial que apelava para as massas “apertarem os cintos”, buscando congelar suas demandas imediatas; e outro que convivia com um ativismo intenso nas bases do partido nos bairros, nas fábricas,

populismo eram mais vigorosos que o talento teórico e a pertinácia das esquerdas. (IANNI, Octavio. *O colapso do populismo...* Op. cit., p. 113.)

²⁵ COSTA, Hélio da. *Em busca da memória...* Op. cit., p. 6.

²⁶ *Idem*, p. 199-200.

colocando-se à frente de muitas dessas reivindicações consideradas temerárias pela direção do partido.²⁷

Fernando Teixeira da Silva, outro representante da *corrente* historiográfica em tela, corroborando a visão acima, foi ainda mais longe em sua objeção às teses de Weffort e Ianni que realçaram os equívocos cometidos pelos comunistas sob o populismo. Em um sintético artigo,²⁸ resultante de sua pesquisa de fôlego sobre as lutas dos portuários de Santos (SP) entre 1937-1968,²⁹ Teixeira da Silva almejou reabilitar política e sindicalmente não só as lideranças comunistas da cidade, como também as *petebistas* (*trabalhistas*) – ligadas ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB) – que estiveram à frente das entidades sindicais (como o Sindicato dos Operários dos Serviços Portuários de Santos – Sosps) e intersindicais (como o Fórum sindical de Debates – FSD – e a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos – Usoms) que buscaram representar a categoria em suas demandas ao Estado e à patronal:

As lideranças não formavam uma casta à parte e os trabalhadores não constituíam uma massa manipulada pelos compromissos políticos de seus dirigentes. Desde o pós-guerra, os êxitos de comunistas e trabalhistas dependiam de seu enraizamento na experiência de classe; sua formação política podia estar tão vinculada à cultura portuária quanto à partidária, e a atuação de muitos militantes intermediários entre bases e cúpulas foi fundamental para dar sustentação ao prestígio desfrutado pelo sindicalismo de inspiração nacionalista. Muitos dirigentes sindicais eram antes de mais nada operários e não foram poucas as vezes que ignoraram ou deram as costas às orientações de cúpulas partidárias para não se verem abandonados pelos trabalhadores, *ou porque estavam de fato comprometidos com eles*.³⁰

Assim, em termos gerais, pode-se dizer que essa linhagem analítica respeitante à participação dos trabalhadores no processo sócio-político de 1930-1964 colocou em xeque não só a tese de um sindicalismo totalmente cooptado pelo Estado, como também questionou (ou pelo menos amainou) as duras críticas direcionadas ao PCB por parte da intelectualidade universitária de esquerda no pós-1964. Opondo-se, assim, à noção de

²⁷ *Idem*, p. 8. A tese que propõe a existência de “dois PCs” durante certos momentos do período populista encontra-se também, com suas devidas particularidades, em trabalhos como MATTOS, M. Badaró, *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro* (1955/1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998 e SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

²⁸ SILVA, Fernando Teixeira da. “Direitos, política e trabalho no Porto de Santos” in FORTES, Alexandre (e outros) *Na luta por direitos*. Campinas, EdUnicamp, 1999, p. 51-86.

²⁹ SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa. Operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade. 1937-1968*. São Paulo, Hucitec/Pref. Municipal de Santos, 1995.

³⁰ SILVA, Fernando Teixeira da. “Direitos, política...”. *Op. cit.*, p. 72. Grifos nossos.

uma classe trabalhadora “heterônoma” sob a vigência do populismo, essa *corrente* historiográfica promoveu um resgate das lutas operárias sob o populismo a partir de um registro teórico-interpretativo que as tomou como “lutas por direitos”, como lutas dos trabalhadores pela “cidadania”.

Pensamos que talvez resida nesse último aspecto uma conexão entre uma revisão historiográfica mais específica, dedicada, como esposamos nas páginas anteriores, ao objeto do “sindicalismo populista”, e outra revisão historiográfica de caráter mais geral, voltada para um questionamento do modo como a dominação populista se encontra exposta nos trabalhos de Ianni e Weffort. Vejamos isso rapidamente.

Segundo os historiadores em questão, a dominação do Estado populista sobre os setores sociais subalternos teria se dado, entre outros expedientes, por meio da criação e legitimação de uma ampla esfera pública, de natureza eminentemente jurídica e ideológica, que conferiu “cidadania” à classe trabalhadora – o que, aliás, já havia sido destacado por autores como Weffort e Ianni. Entretanto – e aqui se encontra a “inovação” proposta por esta historiografia da Unicamp –, conquanto montada com a finalidade de subordinar os trabalhadores à ordem capitalista brasileira em remodelação, tal esfera acabaria por ter se tornado também um espaço no qual aqueles, portando-se como “cidadãos”, lutaram combativamente pelos seus “direitos” estipulados justamente por ela. Fazendo uso próprio da legislação do Trabalho e dos direitos sociais “concedidos” pela política *trabalhista*, a classe trabalhadora, por inúmeras vezes, os teria invocado no sentido de exigir, via Estado, o cumprimento e aplicação de seus dispositivos legais por parte dos “relapsos” industriais, comerciantes e demais segmentos da classe dominante. Nessas inúmeras lutas travadas pelos *trabalhadores-cidadãos* – enfatizam tais historiadores –, o sindicalismo *trabalhista* teria desempenhado um papel fundamental, alçando pontes entre as reivindicações operárias, muitas delas pautadas na própria legislação trabalhista vigente, e o poder estatal, responsável por garantir que esta fosse obedecida à risca pelo Capital.

Observando as relações, na década de 1950, entre os portuários santistas, seu sindicato (Sosps), a Companhia Docas de Santos – a concessionária do governo federal para explorar e administrar o Porto da cidade – e o Estado populista, Teixeira da Silva exprimiu com clareza a perspectiva acima apresentada:

Com efeito, nos anos 50, a sindicalização atingiu 100% da categoria e a atuação petebista no Sosp foi fundamental para as primeiras conquistas mais sólidas dos doqueiros, garantidas em convenções coletivas de trabalho que visavam “civilizar a Companhia”. Diversas vezes, entrou em ação contra a empresa a política de relacionamento direto da direção do sindicato com o presidente da República e o Ministério do Trabalho. Na perspectiva de encontrar condições favoráveis à negociação e com o objetivo de criar um contrapeso ao desproporcional peso da Companhia, as relações entre operários e Estado assumem novo significado. A aspiração por direitos, a existência de instituições como a Justiça do Trabalho e a intervenção pessoal de autoridades governamentais, e do próprio presidente da República, tornaram-se instrumentos eficazes para subordinar o poder privado ao “domínio da lei”.

Na ótica dos trabalhadores, pelo fato de exercer, em última instância, o controle da indústria portuária, o governo dispunha de mecanismos jurídicos e coercitivos potencialmente capazes de estabelecer a “justiça”, obrigando a empresa a cumprir seus deveres, concedendo aos seus empregados o que lhes era “de direito”. Essa era a *função* do “poder central” no que tange às *expectativas* e *exigências* de justiça por parte dos operários. O sindicalismo de viés trabalhista foi, sem dúvida, um instrumento eficaz para exprimir e materializar essa representação jurídico-política do poder, tornando-se um meio pelo qual dirigentes e comissões de trabalhadores podiam entrar em contato direto com as autoridades.³¹

Em trechos citados anteriormente, pudemos perceber como seus autores procuraram explicitar a existência de um movimento e lideranças sindicais (comunistas e *trabalhistas*) que, longe de terem sido completamente adormentados pelos instrumentos coercitivos, materiais e ideológicos do Estado populista, empreenderam, por diversos meios e táticas (comissões de fábrica, sindicatos paralelos, sindicatos oficiais etc.), importantes batalhas contra a dominação exercida por este. Como já apontamos, a idéia de “sindicalismo populista” foi relativizada pelos historiadores *campineiros* a partir da refutação empírica de muitas das características negativas que a constituíam tal como fora formulada pelos teóricos do “populismo”. Na lógica expressa no trecho acima, porém, são alguns dos próprios instrumentos da dominação estatal, como o Ministério do Trabalho e a Justiça do Trabalho, que passam a ter seu natureza política relativizada, a partir da constatação de que, enquanto campos de negociações, conflitos e disputas, teriam sido utilizados pelos trabalhadores em suas lutas *cidadãs*, nas quais eram re-significavam noções como “justiça” e “direitos”.

³¹ *Idem*, p. 62. Grifos do autor.

Da crítica à forma “reducionista” pela qual a intelectualidade acadêmica marxista dos anos 60/70 abordou o sindicalismo brasileiro da etapa populista, nossos historiadores *thompsonianos* chegaram, portanto, a uma revisão histórica referente às formas pelas quais se operavam as relações de dominação entre Estado e trabalhadores no pós-1930. Buscou-se, assim, valorizar um papel ativo dos trabalhadores no âmbito destas relações, assinalando que muitos deles “extraíram do ‘modelo populista’ os recursos necessários às suas reivindicações, lutas e ao fortalecimento de suas noções de dignidade e justiça social”.³² A partir de suas próprias “experiências e expectativas”, os trabalhadores teriam se apropriado seletivamente de mensagens e discursos oficiais, “operado deslocamentos em seus significados e propósitos originais”.³³ Assim, muitos elementos e práticas da vida sindical “populista” que haviam sido tomadas, pela interpretação sociológica “clássica”, como expressões da “cooptação” e “manipulação” dos trabalhadores pelo Estado varguista sofreram re-interpretações que, de certo modo, os positivaram. Por conseguinte, uma estirpe de lideranças políticas e sindicais, dantes “cupulista”, “colaboracionista” e responsável pelos descaminhos políticos de suas bases operárias, foi *reconciliada* com estas últimas pelas linhas dos historiadores em questão, livrando-se, assim, de um longo anátema bibliográfico que a acompanhava. Mais uma vez, o trabalho de Fernando Teixeira da Silva sobre os portuários santistas é exemplar dessa matriz interpretativa do “populismo”:

A experiência cotidianamente vivida nos locais de trabalho era o filtro pelo qual [os trabalhadores portuários] testavam a legitimidade de determinados princípios do ideário trabalhista. Ordenação jurídica da sociedade e legislação do Trabalho não foram meras amarras diluidoras de sua ação, mas um elemento formador de sua cultura e experiências que ameaçavam romper e ultrapassar a lógica de interdependência entre governo e trabalhadores [...]

A explicação do período, baseada na tese do abandono das bases pelas lideranças sindicais, não está convincentemente demonstrada [...] A

³² *Idem*, p. 80.

³³ *Idem*. A tese que aponta a utilização particular da legislação trabalhista por parte dos trabalhadores se encontra originalmente, e de modo ainda incipiente, em FRENCH, John D. *O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo, Hucitec/Pref. Mun. De São Caetano do Sul, 1995. Em um trabalho posterior, o historiador *brasilianista* a desenvolveria, explicitando-a mais e alargando o escopo espacial de sua aplicação: “condenados a atuar no universo fraudulento criado pela CLT – que era manipulada contra os trabalhadores –, os militantes da classe trabalhadora e os sindicalistas, depois de 1943, subverteriam na prática a “lei” existente por meio de uma luta para fazer da lei (como um ideal imaginário) uma realidade” (_____. *Afogados em leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001, p.72).

crítica ao cupulismo, longe de ter voltado sua atenção para as bases, nas quais depositava suas apostas, lançou suas luzes demasiadamente para o alto. Mas visto num plano mais baixo, onde tudo parecia mera subordinação, existiam experiências democráticas entre trabalhadores e lideranças. Havia também independência em relação ao governo e exercício de uma *cidadania* que estava longe de ser a simples emanção de um Estado cujo poder se fundamentaria em sua suposta capacidade de cooptar o movimento sindical. Este, por sua vez, não dependia simplesmente de uma bem arquitetada manobra no apertado espaço das lutas palacianas, onde pretendiam disputar um lugar ao sol com outras forças políticas. Comunistas e trabalhistas não eram um elemento exterior aos portuários. Eles podiam ser lideranças tanto quanto os trabalhadores o permitissem, traçando os limites de sua atuação.³⁴

Expandindo essa nova perspectiva analítica para além do âmbito sindical e militante, alguns desses historiadores tomaram como objeto as relações eleitorais entre determinados contingentes populares e certos políticos populistas. Adriano Duarte e Paulo Fontes, por exemplo, investigando o enorme apoio prestado pelos habitantes dos bairros periféricos paulistanos Mooca e São Miguel Paulista aos políticos Adhemar de Barros e Jânio Quadros, tentaram compreendê-lo por um caminho explicativo alternativo ao da “manipulação” e “cooptação” populistas. Mais uma vez, é a tese da “luta por direitos” que embala tal análise:

As relações entre as classes populares, por meio das organizações de bairro, com os políticos populistas, aqui especificados nas figuras de Jânio e Adhemar, estão muito longe de exprimir alguma idéia de subordinação, inadequação, falsa consciência ou atitudes pré-políticas. Ao contrário, a constante referência, por parte das classes populares, ao poder público como alvo e endereço de suas reivindicações está diretamente ligada à centralidade do seu papel na vida cotidiana do cidadão comum em questões como o saneamento básico, eletrificação, calçamento, transporte e, conseqüentemente, na definição do que concebiam como direito à qualidade de vida [...]

Os políticos iam ao bairro buscar votos, apoio e reconhecimento; os moradores queriam a ajuda e a intervenção de um político protetor que se colocasse como defensor do bairro e intermediasse junto aos órgãos públicos as suas demandas. E o instrumento dessa barganha foi o voto. Mas essa percepção popular da política era uma via de mão dupla. Ela resultava da percepção que tinham as classes populares de como eram vistos [sic] pelo poder público.³⁵

³⁴ SILVA, Fernando Teixeira da. “Direitos, política...”. *Op. cit.*, p. 81. Grifo nosso.

³⁵ DUARTE, Adriano e FONTES, Paulo. “O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953)” in *Cadernos AEL: Populismo e trabalhismo* (v. 11, nº. 20/21). Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, 2004, p. 118-119.

Na contramão da interpretação “clássica” quanto à relação *líder populista-massas populares*, Duarte e Fontes concluem que a maneira destas últimas de se relacionar com o voto não seria “nem equivocada, nem alienada”. Ao contrário, o ato da classe trabalhadora de sufragar nas cédulas eleitorais nomes conservadores como Jânio e Adhemar suporia “uma clara noção de direitos”. Por conta disso, seria preciso, segundo nossos historiadores, “relativizar a idéia de que nessa relação de troca não haja implícita uma noção de cidadania e representação”.³⁶

Rápidas considerações finais

Sem muito esforço, é possível observar nesta *corrente* historiográfica uma significativa influência da *ideologia da cidadania* que, de origem liberal e há muito presente no marxismo de linhagem social-democrata, foi abraçada entusiasticamente por grande parte da *intelligentsia petista* em meados dos anos 80 e, sobretudo, a partir da década de 1990. A adoção de tal *ideologia* não implicou, entretanto, um abandono da totalidade dos instrumentais marxistas de análise por parte dos historiadores em questão. Assim, ao se deter sobre as atividades sindicais e partidárias dos trabalhadores brasileiros durante o período populista, essa *corrente* historiográfica ecleticamente amalgamou noções como “luta de classes” e “cidadania”, “hegemonia” e “luta por direitos”. Provavelmente, esse hibridismo teórico esteja na raiz explicativa do fato de que esses historiadores ao mesmo tempo em que encetaram um indispensável resgate das lutas operárias sob a dominação populista, o fizeram tomando-as, em tom laudatório, como lutas por *cidadania*.

Rejeitando, ainda que implicitamente, a velha disjuntiva marxista “*reforma x revolução*”, assim como sua correlata leninista “*consciência sindicalista x consciência revolucionária*”, nossos historiadores *thompsonianos* parecem ter apreendido estas “lutas por direitos” um tanto quanto acriticamente, enxergando-as como inegáveis expressões da *consciência de classe* do proletariado brasileiro da época. O fato de que muitas dessas lutas estiveram, segundo os próprios historiadores, calcadas na legislação varguista e imersas no ideário *trabalhista*, não os leva a, ao menos, excogitar se a “consciência” alcançada pelos trabalhadores quando destas não estaria ainda cingida ao universo

³⁶ *Idem*, p. 119.

político e ideológico das classes dominantes brasileiras do período – expressando, assim, uma forma de subjetividade heterônoma, *alienada* (“de massa”, segundo Weffort e Ianni) ou, pelo menos, uma consciência de classe *rebaixada, atrasada* etc.

Consequentemente, não há espaço na produção dessa *corrente* para o antigo questionamento, também de procedência marxista, quanto aos limites políticos e históricos das lutas travadas pelos trabalhadores por *dentro da ordem* social capitalista, assuma essa ordem uma feição política democrático-burguesa, ditatorial, liberal, social-democrata, reformista, populista etc. Por um viés historiográfico social-democrata, as lutas impulsionadas pelos trabalhadores brasileiros por *dentro da ordem* capitalista de então, a ordem populista, são, por essa *corrente*, demasiadamente valorizadas, tal como as lideranças sindicais e políticas que estiveram à frente delas, e em nenhum momento têm lugar em seus trabalhos indagações históricas como: por que a classe trabalhadora brasileira não foi capaz de travar um sólido embate contra a dominação populista? Por que sua plataforma política se encontrou em grande parte limitada ao horizonte nacional-reformista? Quais foram os resultados, a médio prazo, do fato de suas lutas terem se referendado nos instrumentos jurídicos e ideológicos *trabalhistas* (ainda que conferindo a estes um significado próprio)? O que significava, em última análise, o voto operário em nomes como Jânio Quadros e Adhemar de Barros? Quais foram as consequências políticas da *eterna* “tática”, propugnada por muitos dos “comprometidos” dirigentes (*pecebistas* e *petebistas*), de colaboração com o Estado e os políticos *progressistas*? Qual a responsabilidade dessas direções pela facilidade com que as classes dominantes saíram vitoriosas em 1964? Ou ainda, em nível mais abstrato: o que significa, historicamente, para a classe trabalhadora (seja ela brasileira, haitiana ou francesa), abdicar de uma luta *contra a ordem* capitalista, seja ela qual for?

Por fim, não é escusado explicitarmos aqui que, **embora acabe por suavizar alguns dos expedientes da dominação populista sobre os trabalhadores** (CLT, estrutura e burocracia sindicais, manipulação e manobra de massas, paternalismo, *trabalhismo*, assistencialismo social, eleitoralismo, ideologia da “cidadania” e da “colaboração de classes”, lideranças operárias *colaboracionistas* etc.), essa *corrente* historiográfica **não chega a negar a existência desta dominação**. Aliás, a importante e eficaz luz lançada por seus membros sobre as várias e diversificadas lutas populares ao

longo do populismo já é, por si só, uma evidência de que a dominação de classe se fazia presente tanto no período quanto em suas obras.

Essa perspectiva thompsoniana de interpretação do período 1930-1964 tem como consequência terminológica a recusa de sua *corrente* em abandonar o conceito de “populismo” e adotar o de “trabalhismo”, tal como propõe a outra *corrente* historiográfica que mencionamos anteriormente. Segundo os historiadores *campineiros*, nessa troca conceitual se correria o risco de “substituir o estigma pela apologia”,³⁷ além de que a “ênfase isolada no aspecto trabalhista das relações políticas e sociais” poderia obscurecer “outras dimensões centrais da experiência dos trabalhadores” existentes naquele período, como, por exemplo, a “dimensão urbana”.³⁸ Para esses historiadores, na medida em que dialoga com um “contínuo fazer-se e refazer-se” das classes populares, o conceito de “populismo” ainda daria conta de “alguns aspectos da constituição histórica” daquelas.³⁹ Assim, “ao invés de tomá-lo [o “populismo”] como um fenômeno imposto de fora para dentro da classe, ou como uma ideologia, que implicaria a manipulação externa”, seria adequado “compreendê-lo como um sistema político”, isto é, como uma “conjugação complexa e sofisticada de interesses e disputas entre atores desiguais, mas que não prescindia da reciprocidade e da negociação, na qual as classes populares estiveram presentes de forma decisiva”.⁴⁰

Findando celeremente este artigo, destacamos mais uma vez a importância dos trabalhos produzidos por esta corrente historiográfica, aos quais, entretanto, questionamentos críticos do ponto de vista marxista devem ser endereçados. Foi isso o que, modestamente, tentamos fazer aqui.

³⁷ FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul: Edusc/ Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. ???

³⁸ DUARTE, Adriano e FONTES, Paulo. *Op. cit.*, p. 116

³⁹ *Idem*, p. 117.

⁴⁰ *Idem*.